

**Conhecendo Toledo:** Um livro didático nas “memórias públicas”  
de uma urbe paranaense

Knowing Toledo: A teaching book in the “public memories” of a  
city of Paraná

Jiani Fernando Langaro<sup>1</sup>

**Resumo**

O artigo problematiza o lugar do livro didático *Conhecendo Toledo* (LUQUETA; LANGEMANN, 2004) no interior da dinâmica de construção de memórias da cidade de Toledo-PR. Para análise, toma como referencial teórico o materialismo cultural e a história social britânica, tendo como conceitos centrais hegemonia, de Williams (1979) e memórias públicas, do Grupo Memória Popular (2004). Com base nessa corrente teórica e com aportes de Fonseca (2003) e Munakata (2007), analisa-se o livro didático como produto de relações sociais, tendo como foco: 1) o conteúdo textual e imagético; 2) o processo de produção da obra, situando-se devidamente os sujeitos envolvidos e 3) o momento histórico da publicação. Observa-se que a obra realimenta muitas das memórias públicas hegemônicas sobre a fundação do lugar, embora apresente algumas propostas de atividades que instigam os educandos à reflexão crítica. De maneira geral, o livro contribui para a construção de uma história tradicional, que reserva protagonismo a poucos habitantes locais. Destarte, conclui que a obra, embora possua pontos positivos, perdeu uma oportunidade ímpar de produzir um ensino de história local diferente, baseado nas trajetórias dos estudantes e não na difusão de narrativas hegemônicas sobre o passado da cidade.

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto da área de História do Brasil; Faculdade de História – FH; Programa de Pós-Graduação em História; Universidade Federal de Goiás – UFG.

**Palavras-chave:** Ensino De História. História Local. Cidade. História E Memória. Memórias Públicas.

### **Abstract**

The essay analyzes the textbook *Conhecendo Toledo* (LUQUETA; LANGEMANN, 2004) in the construction of memories in the city of Toledo, State of Parana, Brazil. The analysis uses, as theoretical references, the Cultural Materialism and the British Social History, taking as central concepts hegemony, by Williams (1979), and public memories, by Popular Memory Group (2004). To this theoretical basis, adds the contributions of Fonseca (2003) and Munakata (2007), to analyze textbooks as products of social relationships, giving focus on: 1) the textual and imagnetic content; 2) the process of production of the textbook, showing the involved agents, and 3) the historic moment of the publication. It is inferred that the textbook reinforces many of hegemonic public memories about the place foundation, although proposes some exercises that urges the students to think critically. In general, the textbook helps to construct a traditional history, that reserves papers of protagonists just for few local habitants. The conclusion is that the textbook, although has some positive points, lost an odd opportunity of made a different kind of local history teaching, based on student's trajectories instead of the hegemonic narratives about the past of the city.

**Keywords:** History teaching; Local History. City. History and Memory. Public Memories.

### **Introdução**

Toledo é a terceira maior cidade da região Oeste do Paraná e um de seus principais polos (agro)industriais, possuindo aproximadamente 140 mil habitantes, segundo estimativas do IBGE para 2019 (IBGE, 2019). Fundado em 1946 – na esteira de projetos de colonização privados, especialmente aqueles desenvolvidos pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S. A. (Maripá) – e alçado à categoria de município em 1952, desde cedo esse

núcleo populacional se viu envolto em construções memorialísticas que se pretendiam monolíticas.

As companhias colonizadoras privadas eram, vale frisar, eram imobiliárias que, entre as décadas de 1940 e 1960, se dedicaram à compra de decadentes fazendas de exploração de erva-mate, no Oeste paranaense. Visavam a exploração da madeira nativa e ao parcelamento do solo em pequenas e médias propriedades, destinadas à venda para produtores rurais migrantes. Para estes, migrar para novas fronteiras agrícolas era condição para manter a família no campo e permanecer como proprietários rurais, mesmo que minifundiários.

A Maripá é a mais famosa dessas companhias e parte disso se deve às memórias elogiosas construídas sobre seu empreendimento, que resultou na fundação de diversos municípios na região, entre eles, Toledo. Existe nessa cidade, portanto, todo um esforço rememorativo composto não apenas por iniciativas dos poderes públicos municipais, mas também por grupos remanescentes das companhias colonizadoras e moradores em geral. Por esse motivo, essas versões do passado não são tratadas como “memórias oficiais” e sim como “memórias públicas” (GRUPO MEMÓRIA POPULAR, 2004).

Este conceito foi cunhado pelo Grupo Memória Popular (2004), para quem as recordações são tomadas como divididas em dois níveis básicos: as memórias públicas e as lembranças privadas. As primeiras seriam aquelas que alcançam projeção no espaço público, estão intimamente conectadas com processos de dominação e embasam projetos políticos. As memórias privadas, por sua vez, estariam em constante diálogo com as públicas, porém, a despeito de serem vívidas e correntes na vida cotidiana, geralmente não conquistam grande visibilidade no espaço público. Podemos afirmar que elas são reconhecidas vulgarmente como simples recordações pessoais e não como sinônimo de história.

Entretanto, não podemos conceber memórias públicas como algo meticulosamente planejado e organizado. Elas não se constituem em versões propagadas em uníssono, tampouco como algo isento de conflitos, pois, como afirmam os autores: “O campo está impregnado de construções do passado que muitas vezes estão em guerra entre si. A memória dominante é produzida

no transcorrer dessas lutas e sempre está exposta a contestação” (GRUPO MEMÓRIA POPULAR, 2004, p. 284). Subjacente a essas questões, está a concepção de “hegemonia”, de Raymond Williams (1979), entendida como processo cultural e historicamente construído, cujo movimento se dá em meio a disputas entre tendências dominantes, alternativas, contra-hegemônicas e até mesmo residuais. Podemos afirmar que as memórias públicas são aquelas que alcançam hegemonia na “esfera pública” (HABERMAS, 1984), sem que isso represente uma dominação absoluta. Para tanto, tomamos o conceito “esfera pública”, de Habermas – outro com o qual o Grupo Memória Popular (2004) dialoga –, que a compreende como o espaço da discussão política construído historicamente por uma sociedade. Apesar do vocábulo “público”, essa categoria não significa uma oposição para com o espaço privado, uma vez que ambos se imbricaram em diversos momentos históricos.

Em Toledo, houve a cristalização de versões elogiosas da “colonização” privada, hegemônicas nas memórias públicas locais desde, pelo menos, os anos 1950. Nelas, se trata os diretores e altos funcionários da Maripá como grandes protagonistas da história local, sendo eles seguidos por outros, em especial, migrantes gaúchos e catarinenses, de alegada descendência europeia. Eclipsa-se, no entanto, os demais sujeitos de tal processo histórico, que aparecem nessas narrativas de maneira muito tópica. Entre eles se encontram populações paraguaias, indígenas, caboclas (brasileiras) que viviam na região – considerada na primeira metade do século XX como “sertão” – e negros que trabalharam a serviço da Maripá. Vale lembrar que tais memórias também hierarquizam os migrantes sulistas de alegada ascendência europeia, sendo os trabalhadores braçais lembrados de maneira mais tópica que os executivos das empresas “colonizadoras” (FREITAG, 2007; GONZALEZ, 2003/2004; LANGARO, 2019; LAVERDI, 2005; RIBEIRO, 2001).

Além disso, a cidade passou por profundas transformações ao longo de sua história. A “modernização do campo”, projeto empreendido pela ditadura militar, revelou-se extremamente excludente, diminuindo os postos de trabalho rural. A própria expressão não pode ser entendida como algo mais que um eufemismo para denominar um processo de mudança tecnológica abrupta no meio rural, operada com a adoção de máquinas e implementos

agrícolas na produção, bem como o uso de produtos químicos, como adubos, herbicidas, inseticidas e outros. Tais tecnologias, introduzidas principalmente na década de 1970, reduziram a demanda por trabalhadores não-proprietários no campo na medida em que ampliaram a capacidade de pequenos e médios produtores em cultivar suas áreas, passando estes a contar com o suficiente trabalho de suas famílias. Até então, era comum, na região, que as famílias tivessem terras que ainda não fossem cultivadas pela família, pois aguardavam os filhos se tornarem adultos para entrarem em uso, uma das razões da migração para novas fronteiras agrícolas. Nesse intervalo, essas terras eram arrendadas para trabalhadores rurais não-proprietários, que ficavam com o ônus do árduo trabalho de desmatá-las e prepará-las para o cultivo. Essa prática quase desapareceu com o câmbio tecnológico, que, além disso, era inviável em propriedades muito reduzidas, induzindo a concentração fundiária, pois, os proprietários maiores adquiriam as terras de seus vizinhos menos afortunados (ÂNGULO et al., 1987; SILVA et al., 1988).

Na mesma década de 1970, Toledo se tornou polo agroindustrial, principalmente após o grupo Sadia obter financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que resultaram em uma grande ampliação de sua planta industrial local. Fruto desses investimentos, houve a construção de todo o complexo industrial de abate de aves (“EMPRESAS...”, 1993). A cidade se tornou destino para inúmeros ex-moradores do campo, que passaram a conformar a população majoritária dos novos bairros periféricos, surgidos nas décadas de 1970 e de 1980.<sup>2</sup> Muitos deles eram oriundos de antigos distritos municipais colonizados na década de 1960 por populações oriundas das regiões Nordeste e Sudeste do país (SILVA et al., 1988), pessoas geralmente denominadas, no Oeste paranaense, de “nortistas”, que se deslocavam a Toledo em busca de emprego no ramo industrial.

Acompanhando esse processo, houve a ascensão de novas forças hegemônicas na cidade, em substituição ao estafe burocrático das antigas companhias colonizadoras, principalmente da Maripá, que controlou a

---

<sup>2</sup> Embora buscassem serviço regular e com registro nas agroindústrias de Toledo, a maioria dos saídos do campo acabou no trabalho volante, como “bóias-frias”.

prefeitura desde a emancipação. Esse foi o caso do grupo Sadia, que aportou no local na década de 1960, tendo seus altos funcionários atuado politicamente na cidade e se associado a remanescentes da Maripá (SOUZA, 2010).

Curiosamente, as memórias enaltecidas da fundação da cidade – ligadas à “colonização” da Maripá e aos “pioneiros” de origem europeia –, se mantiveram e foram revitalizadas a partir da década de 1980. Nesse período, as pessoas migradas para o local durante a “colonização” não formavam mais a maioria da população, nem representavam a principal força dentro os grupos dominantes do lugar.

As memórias da “colonização” adquiriram tons míticos, em termos semelhantes aos propostos por Michel Pollak, ao afirmar que: “[...] nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, têm sua perenidade assegurada. Sua memória, contudo, pode sobreviver a seu desaparecimento, assumindo em geral a forma de um mito [...]” (POLLAK, 1989, p. 11). Portanto, os mitos podem ser entendidos como recordações que não precisam mais serem realimentados por um determinado grupo, tampouco servir para suas construções identitárias.

Como mito, essas recordações constituíram-se em um conjunto de imagens exemplares, sobre as quais se instituem valores inspiradores ao presente. Assim, o passado da “colonização”, lembrado como um tempo pontuado por dificuldades e sofrimentos, é muito invocado nos momentos de crise, como fonte de motivação e alento.<sup>3</sup> Por outro lado, serve como forma de difusão de valores liberais, que naturalizam as hierarquias e desigualdades sociais, bem como pormenorizam as diferenças culturais.

Entretanto, a maioria dos debates sobre as memórias locais ocorre em meios mais restritos, em extensas obras história local – algumas com mais de 500 páginas – ou na imprensa local, em colunas pouco procuradas pelo público leitor.<sup>4</sup> Surge-nos então, como questionamento, se existem outros

---

<sup>3</sup> Um exemplo desse tipo de uso das memórias da “colonização” e do “pioneirismo” pode ser encontrado em: *A Crise...* (1996).

<sup>4</sup> Evandro Strieder, em meados da década de 2000, realizou análise sobre o uso de fotografias pelo jornal *Gazeta de Toledo*, em sua página policial. A fim de justificar a pesquisa, o autor fez um estudo preliminar sobre as práticas do público leitor do jornal e constatou que as

recursos empregados para tornar essas versões do passado mais próximas das parcelas da população que não tinham uma relação tão íntima com o universo editorial.

Em busca de respostas para tal questionamento, analisamos o livro didático *Conhecendo Toledo: geografia e história*, adotado pelas escolas da rede pública municipal, que também servia como subsídio para um projeto educativo interdisciplinar. Em função dos recortes imprescindíveis a qualquer trabalho acadêmico, nos detivemos na análise do livro didático supracitado e exploramos suas conexões com o ensino de história e a dinâmica de construção e reconstrução de memórias públicas, instalada na cidade. Sem pretensões de explorar a recepção do material didático – outra limitação decorrente dos necessários recortes –, nos detemos na busca por entender qual o papel desempenhado pelo manual estudado no interior daquela dinâmica memorialística local e qual potencial conjunto de ideias e valores ele leva às novas gerações de moradores locais.

### **Um novo livro didático para um novo tempo da cidade**

O trabalho pedagógico desenvolvido pelo ensino de história local ministrado na rede municipal de educação, nas séries iniciais do nível fundamental, é uma das iniciativas mais importantes para hegemonizar as memórias da “colonização” entre a população de Toledo. Como aponta Marlene Rosa Cainelli (2008), o ensino de história é importante nesse nível educacional, porque é o momento em que os alunos formam conceitos acerca do tempo, do espaço e dos sujeitos, além de aprenderem a compor narrativas. Todavia, ela destaca que a disciplina acaba se tornando secundária em tais séries e, em decorrência disso, há um subaproveitamento desse momento da vida escolar do aluno. Mais do que isso, nessas aulas é comum tratar o processo histórico a partir da noção de “progresso” linear, em que o passado é sempre uma versão imperfeita do presente, por isso a autora aponta que geralmente o potencial do ensino de história é direcionado para uma

---

colunas mais lidas eram a social e a policial, nas quais, evidentemente, não se publicam históricos sobre o município. A esse respeito, ver: Strieder (2006).

perspectiva evolutiva, em que o presente é percebido como resultado de um processo de contínua melhora.

Possivelmente por conta do potencial que esse nível de ensino oferece para a cristalização de conceitos em história, organizá-lo e dirigi-lo esteve entre as principais preocupações do poder público de Toledo. Desde a década de 1980,<sup>5</sup> ocorreram diversas iniciativas que procuraram utilizar o ensino de história local ministrado na rede do município<sup>6</sup> na difusão das memórias públicas do lugar.

De acordo com Reginaldo Aparecido dos Santos (2010), a partir de 1999, a Secretaria Municipal de Educação de Toledo colocou em prática o programa “Conhecendo Toledo”, que articula outras secretarias municipais, empresas e entidades do município. Voltado para alunos da terceira série (atual quarto ano) do ensino fundamental do município, o projeto consistia na realização de visitas cujo roteiro incluía diversos pontos considerados relevantes para “a história” do município. O trajeto era feito em ônibus específico, caracterizado com as cores da bandeira municipal, e o ponto final era o Museu Histórico “Willy Barth” de Toledo, onde se fazia uma visitação. Antes de sair a campo, os professores recebiam treinamento das coordenações das áreas de História, Geografia e Ciências, da Secretaria Municipal de Educação. O projeto também tinha preocupação com questões ambientais, pois o percurso incluía uma visita ao aterro sanitário (POLÍCIA..., 2007), considerado um dos símbolos das preocupações ambientais do município. Percebemos, então, através da infraestrutura disponibilizada para o projeto e do número de órgãos nele envolvidos, a importância conferida à iniciativa. A própria dinâmica dela, com visitas a diferentes locais, constituiu elemento significativo para a compreensão do seu potencial de trabalhar com memórias públicas do município com os alunos.

---

<sup>5</sup> Muitos desses materiais foram produzidos no âmbito do “Projeto História”, grande iniciativa cultural da prefeitura municipal de Toledo, que publicou diversos materiais contendo sínteses históricas do município, sendo o maior deles o livro *Toledo e sua história*. A esse respeito ver: Prefeitura do Município de Toledo (1985); Prefeitura do Município de Toledo (1986); Silva et al. (1988).

<sup>6</sup> Vale frisar que a rede municipal de ensino em Toledo atende crianças até o quinto ano do nível fundamental, depois elas são recebidas pelas escolas da rede estadual de educação.



Como parte desse projeto, a Prefeitura Municipal, sob a gestão de Derli Donin (PPB), editou um novo livro didático – que posteriormente se tornaria uma coleção<sup>7</sup> – voltado para a terceira série que, entre diversos assuntos, também tratava de história local e regional. Intitulada *Conhecendo Toledo: Geografia e História* (LUQUETA; LANGEMANN, 2004), a obra, publicada e distribuída diretamente pela municipalidade e, por isso, sem movimento comercial, foi assinada por Noeli Mekelburg Luqueta e Tânia Maria Iakivacz Langemann – ambas professoras da rede municipal de Toledo –, sendo responsáveis respectivamente pela coordenação das áreas de História e de Geografia. Iniciativa louvável, pois, por serem as autoras professoras da rede municipal de educação, abriu-se a possibilidade de criação de um material didático afinado com a dinâmica de sala de aula.

No prefácio à obra, Ermínia Machiavelli, então secretária municipal de educação, destacou as motivações que levaram à publicação, frisando especificamente: “A necessidade de realimentar o livro **‘Conhecendo Toledo’**, roteiro principal para aqueles que cursam a 3<sup>a</sup> série, determina uma atualização. É Toledo hoje: diferente, mais dinâmica, mais moderna, mais pujante, mais cidade...” (MACHIARELLI, 2004, p. 7). A obra busca então atualizar as outras cartilhas publicadas anteriormente e já obsoletas.<sup>8</sup> Em parte, tal percepção decorre da visão da secretária municipal que, imbuída do ideal de modernidade que cercava a cidade, compreendia o crescimento do núcleo urbano e a urbanização como símbolos de evolução e de “progresso” do lugar, para o que os livros anteriores não serviam mais. Nesse sentido, a publicação seria mais um atestado dos “avanços” de Toledo que acabava circundada por memórias positivas e celebrativas, construídas em torno de seu passado.

Ermínia Machiavelli também entendia o livro como um importante instrumento para professores e alunos, fundamental para a formação destes futuros cidadãos. Assim, percebemos uma articulação entre os ideais de uma

---

<sup>7</sup> A esse respeito ver: Luqueta e Langemann (1999); Luqueta e Langemann (2004); Cimarostti; Linhares; Kurek. (2011?).

<sup>8</sup> Escolhemos para análise a segunda edição da primeira cartilha **Conhecendo Toledo**, pois se trata do material mais atualizado daquele livro que assinalou a retomada da produção de obras didáticas pela prefeitura municipal.

educação voltada para a cidadania e outros calcados nas memórias positivas assentadas no ideal de “progresso”. Dessa maneira, o texto celebra a Toledo urbana, moderna e próspera, que deveria ser propagada como recurso formativo dos futuros cidadãos do município.

Na “Apresentação” da obra, as autoras Noeli M. Luquetta e Tânia M. I. Langemann, indicam que o livro tinha como objetivo fornecer elementos para o trabalho em sala de aula. Apontam também que a publicação foi motivada pela necessidade de adequar os conteúdos de História e Geografia aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) e ao Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná (LUQUETA; LANGEMANN, 2004), sinalizando para as questões de ordem legal envolvidas em tal iniciativa.

Porém, parece haver outros motivos para a publicação desse livro, entre eles a necessidade de trabalhar dados mais atualizados sobre o município – como é comum nesse tipo de publicação – que os contidos nos outros livros didáticos voltados ao ensino fundamental em Toledo, anteriores à primeira edição de Conhecendo Toledo. Também podemos inferir que a então administração municipal, composta por um grupo político diferente daqueles que publicaram as cartilhas anteriores, tivesse interesse em elaborar novos materiais para auxiliar na construção de memórias públicas afinadas com seus ideais.

Nesse aspecto, o livro didático é um meio poderoso para a instituição de memórias, porque é cercado por uma “aura” de “verdade” e geralmente considerado a última palavra nos assuntos nele abordados. Selva Guimarães Fonseca (2004), ao analisar a produção de livros didáticos de História, aponta que são o principal instrumento de ensino, de maneira a figurarem como o artefato cultural mais presente entre os cidadãos brasileiros que frequentaram a escola. Na condição de grande difusor de conhecimentos, adquire centralidade como fonte de saberes sistematizados entre as pessoas. Portanto, trata-se de um poderoso meio para a formação de concepções e opiniões, além de dispor de um lugar específico e de grande alcance para a sua difusão: a escola.

Araci Rodrigues Coelho (2005), por sua vez, estudou as noções de “tempo” em livros didáticos de História, abordados por ela com base na

história do livro e das disciplinas escolares. Segundo afirma, esse material é de fundamental importância na educação, pois: "...segmenta, articula, estabelece corte e progressões nos conteúdos; cria situações de aprendizagem e de avaliação; constrói ou seleciona recursos informativos e atividades práticas de ensino-aprendizagem" (COELHO, 2005, p. 241). Portanto, sua interação com o cotidiano escolar é dinâmica e arraigada nas práticas docentes, uma vez que também serve como orientador do trabalho realizado em sala de aula. Nesse aspecto, destacamos que, não raro, também se torna o instrumento de informação e de preparo de aulas, sendo, muitas vezes, o único material consultado nesta atividade.

Outra questão enfocada por autores como Selva Guimarães Fonseca (2003) é a indústria editorial que, junto com as políticas oficiais de incentivo à produção de materiais didáticos, poderia explicar o motivo do seu sucesso no Brasil. Kazumi Munakata (2007), em seus estudos sobre os livros didáticos após o fim da ditadura militar no Brasil, efetuou uma análise semelhante, ao apresentar a influência da indústria editorial brasileira na redefinição dos conteúdos de História. Entretanto, essas questões não são pertinentes para se pensar o material analisado, uma vez que não se trata de um livro comercial, disponível nas livrarias, mas de uma obra produzida e distribuída nas escolas diretamente pelo poder público municipal.

No caso de *Conhecendo Toledo*, sua capacidade de difusão de conhecimentos foi muito ampla, pois atinge todas as crianças da terceira série do ensino fundamental. Todavia, é possível que esse material circulasse em um âmbito ainda maior, pois chegava até as famílias dos discentes e dos professores da rede municipal. É um instrumento de consulta rápido e fácil, cuja linguagem sintética o torna atrativo para as pessoas em geral.

### **Um livro didático para ensinar às crianças uma história da cidade (e não as histórias de quem a habita)**

A referida obra é rica em ilustrações e atividades que apresentam uma proposta muito interessante de incentivo à realização de pesquisas e produção de conhecimento por meio de exercícios, ao invés de induzir o professor a ministrar aulas expositivas. Em razão disso seus textos são bastante

sintéticos e mesclados com propostas de atividades e imagens. Sua concepção, em alguns aspectos, foi baseada nas metodologias de ensino baseadas nos círculos concêntricos (BITTENCOURT, 2004), em que os conteúdos são iniciados a partir da realidade mais imediata do aluno, também primam por atividades cuja execução carece do envolvimento direto dele.

Estruturalmente, o livro é dividido em cinco unidades, das quais duas são destinadas a temas regionais apresentados de maneira integrada, a partir da ótica da História e da Geografia. Ao analisá-lo, notamos que o conteúdo, algumas vezes, instiga o aluno a refletir, porém, a composição da obra em geral e os textos reproduzidos acabam por trazer muitas das memórias hegemônicas sobre a cidade e a região. Assim, pudemos constatar que o livro reuniu e sistematizou muito daquilo que se encontrava disperso em outras obras (Silva et al. 1988; Wachowicz, 1982; Avancini et al., 1983).

Sobre as memórias cristalizadas presentes nesse manual, as percebemos principalmente quando *Conhecendo Toledo* trata daquilo que seria a conquista da região pela sociedade nacional. A obra trabalha com a ideia de “abandono” do lugar pelo Estado brasileiro e de exploração estrangeira na primeira metade do século XX, além de retomar as noções de “vazio demográfico” que torna “necessária” a “Marcha para o Oeste” como forma de expandir o “desenvolvimento” e a “integração nacional” (LUQUETA; LANGEMANN, 2004). Assim, a obra acaba por dar caução a esse projeto autoritário do regime ditatorial do presidente Getúlio Vargas, de expansão da sociedade nacional para as fronteiras agrícolas situadas no interior do Brasil. Nele, se considerava tais terras como “vazios demográficos” – ignorando-se, portanto, a presença indígena, quilombola e até mesmo de outras populações sertanejas ali existentes – e se incentivava a migração principalmente de agricultores para a porção ocidental do país, com a construção de “colônias agrícolas” (FREITAG, 2001; FREITAG, 2007; LENHARO, 1986).

A ideia do “vazio demográfico” já foi bastante questionada no Brasil e isso também ocorreu regionalmente, como demonstram os trabalhos que destacam a presença ameríndia na região (RIBEIRO, 2001). No livro, entretanto, os indígenas também seriam vindos de outros lugares, pois os grupos originários que remotamente habitavam a região a teriam deixado ainda no século XVI –

quando esse espaço integrava a província espanhola do Guairá<sup>9</sup> – fugindo dos ataques de bandeiras apresadoras (LUQUETA; LANGEMANN, 2004). Outros grupos ameríndios, supostamente oriundos do Paraguai e de Mato Grosso, teriam se dirigido à região somente séculos mais tarde, para trabalhar nas empresas exploradoras de erva-mate e madeira. Dessa maneira, são tratados também como vindos de “fora” e, conseqüentemente, sem o direito de ali reivindicar a antiguidade de permanência, pois auxiliam a compor o quadro de abandono do oeste paranaense na primeira metade do século XX.

Nessa noção de “vazio populacional”, também percebemos que houve um silêncio sobre a presença de cidadãos nacionais que já viviam na região, principalmente no final do século XIX e na primeira metade do século XX, antes, portanto, da “Marcha para o Oeste”. Nessa época já existiam alguns núcleos populacionais no Oeste paranaense, como na Colônia Militar de Foz do Iguaçu, em Guaira ou mesmo em Santa Helena, local onde pudemos observar iniciativas de “colonização”, com algum sucesso, envolvendo brasileiros e estrangeiros desde princípios do século XX (COLODEL, 1988).

As construções textuais do livro, combinadas com tais silêncios, têm como objetivo apontar a “necessidade” do processo de “colonização” e realimentar uma memória que situa Toledo no centro do processo histórico e da geopolítica regional. Assim, a ação “colonizadora” da Maripá é apresentada como uma demonstração de nacionalismo e uma atitude de suma importância para toda a região e para o país, conforme fica muito claro quando as autoras afirmam que:

Toledo não surgiu isoladamente. O surgimento de Toledo se deu num momento da história do Paraná e do Brasil. Isto é, a Fazenda Britânia localizava-se na região do Território Federal do Iguaçu, criado pelo governo federal. Colonizadores gaúchos conseguiram, juntamente com os governantes, recuperar vastas extensões de terras que haviam sido concedidas a grupos estrangeiros. E no que se refere à fundação de Toledo, esta deveu-se à compra da Fazenda Britânia por um grupo de empresários sulistas, que em conseqüência fundou em 1946 a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S. A, ou seja, a Maripá, desmatando, dividindo as terras e vendendo-as, principalmente, a pessoas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (LUQUETA; LANGEMANN, 2004, p. 85).

---

<sup>9</sup> O atual estado do Paraná ocupa boa parte do território que outrora compunha a província espanhola do Guairá, cedido para Portugal por meio do Tratado de Madrid. Para maiores informações, ver: Schalleberger (2006).

O livro procura situar Toledo no interior de processos históricos mais amplos, o que segue uma recomendação para quem trabalha com estudos locais e/ou regionais, um dos pontos fortes da passagem anterior. Porém, ao associar o projeto “colonizador” às ações do governo federal, a “colonização” foi tratada no texto como um triunfo decorrente das ações do Estado Novo – embora tenha se iniciado no ano seguinte ao final do regime autoritário – e da iniciativa privada. Ao realizar tal movimento, o livro didático apresenta a atuação da Maripá como patriótica e minimiza o aspecto comercial das atividades da empresa. Retoma, ainda, as versões da “colonização” em que os empresários que fundaram a empresa figuram como protagonistas do processo histórico, além de conferir visibilidade quase exclusiva a pessoas vindas dos demais estados do sul do Brasil, a exemplo do que pode ser percebido também em diversas obras memorialísticas.

No segundo capítulo da obra, sobre a “história pessoal” do aluno e de seus “colegas”, constam elementos semelhantes àqueles constituintes das memórias públicas reunidos a fim de construir um marco fundador para o município: “Toledo é uma cidade que foi fundada por migrantes vindos principalmente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina a partir de março de 1946” (LUQUETA; LANGEMANN, 2004, p. 29). A criação da cidade é tratada como obra de um grupo específico e quase exclusivo – os migrantes gaúchos e catarinenses – e, por outro lado, faz-se silêncio em torno dos demais sujeitos envolvidos nesse momento, o que acaba reproduzindo os clichês presentes nas memórias da “colonização” e mesmo da formação da cidade. Além disso, o livro busca associar esses enredos às trajetórias dos discentes, procurando conectá-las à história cristalizada do lugar.

Na obra, nem os “paraguaios” adquirem visibilidade, com são geralmente designados, pela historiografia e memorialística regional, os falantes das línguas guarani e espanhola, principalmente os mestiços (em especial oriundos da mestiçagem entre indígenas guarani e hispano-americanos). Tal designação não se refere necessariamente a pessoas nascidas no Paraguai e, de maneira problemática, obscurece a presença indígena na fronteira. Todavia, o silêncio acerca dos “paraguaios”, nesse momento de *Conhecendo Toledo*, é gritante, pois, mesmo com todos os problemas circundantes a essa

alcunha, por meio dela se evidencia, de alguma forma, a diversidade cultural da região. Tal grupo costuma ser lembrado – mesmo que em diversos momentos de maneira estereotipada e condescendente – por autores de livros de história local (GRONDIN, 2007; NIEDERAUER, 2004), como quem salvou o empreendimento “colonizatório”, com os extenuantes trabalhos de extração da madeira e de abertura de estradas, aos quais a maioria dos operários brasileiros vindos de outras regiões não se adaptou, em razão das más condições ambientais e laborais. Vale a pena lembrar que os “paraguaios” ainda vivem na cidade e constituem parte da população trabalhadora local.

As autoras enfatizam, ainda, o suposto sucesso da colonização em “povoar” a região, formando novos municípios no espaço antes “vazio” (LUQUETA; LANGEMANN, 2004, p. 86). A obra reproduz fragmentos de entrevistas de “pioneiros”, extraídas de livros como *Repensando o oeste do Paraná* (AVANCINI et al., 1983), obra didática de História regional do Oeste paranaense, publicada em 1983, destinada às séries iniciais do ensino fundamental, muito utilizada em toda a região do Oeste paranaense, antes das secretarias de educação dos diversos municípios publicarem seus próprios livros didáticos de história local.<sup>10</sup> Assim, se relatam as dificuldades vividas “nos primeiros tempos”, principalmente aquelas relacionadas às adversidades enfrentadas por moradores na mata (LUQUETA; LANGEMANN, 2004). A reprodução de fotografias, muitas delas do acervo do museu histórico “Willy Barth” de Toledo, corrobora a difusão desses sentidos, como ocorre com a famosa imagem de uma caravana de compradores de terras tirando um automóvel do atoleiro, que é muito recorrente em mensagens alusivas à data de emancipação, pois ela evidencia os sofrimentos daqueles que viveram o “desbravamento” do município e da região.

O ideal de “progresso”, bastante projetado sobre a cidade, também fica visível em diversas passagens, como naquela em que fotografias do espaço

---

<sup>10</sup> O livro foi elaborado no âmbito do “Projeto Memória”, coordenado de Jaeme Luiz Callai, Ivo Oss Emer e José Kuiava. Tais ações envolveram a Secretaria de estado da educação do Paraná, o Projeto especial multinacional de educação – MEC/OEA, a FIDENE – Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (instituição de ensino superior sediada em Ijuí, estado do Rio Grande do Sul), a ASSOESTE – Associação Educacional do Oeste do Paraná (editora educativa sediada em Cascavel-PR) e, ainda, cooperativas, faculdades e prefeituras da região. (AVANCINI et al., 1983, p. 4-7).

urbano de Toledo são cronologicamente organizadas, década a década, desde 1946. Assim, procura-se construir uma sequência temporal repleta de sentidos de “evolução”, entendendo-se o processo de urbanização do lugar como ícone de seu pretense “desenvolvimento”. Em alguns momentos, tais ideais, atrelados a versões ufanistas sobre o local, também acabam emergindo das páginas do manual, como no trecho a seguir: “Como você viu, o município de Toledo desenvolveu-se, transformou-se devido ao trabalho de seu povo desde o período da colonização” (LUQUETA; LANGEMANN, 2004, p. 119). Assim, centrada na “colonização”, a fundação de Toledo é reafirmada na obra e considerada como marco inicial de uma trajetória de “progresso” da cidade, conquistada exclusivamente graças ao trabalho do “povo” toledano. Nesses momentos, as divisões de classe (em conexões com as relações étnico-raciais e de gênero) ali existentes são relegadas à obscuridade. Algo semelhante ocorre com os processos exclusão, exploração e dominação que permearam todo o processo histórico local, ao ser realimentada a noção de que o trabalho de todos construiu um “progresso” que beneficiou indistintamente todas as classes e grupos sociais do lugar.

Tais elementos, por sua vez, configuram-se em valores que se pretendia fomentar entre os alunos. Objetivava-se torná-los cidadãos modelares, ordeiros e trabalhadores – socialmente dóceis, portanto –, que dariam continuidade a uma cidade supostamente excepcional, cujo “desenvolvimento” estaria à disposição de todos. São, portanto, elementos que compõem uma espécie de noção em que os valores positivos supostamente reinantes durante a “colonização” deveriam ser levados adiante pelas novas gerações. Esse seria o principal sentido em se reafirmar tal tipo de narrativa para estudantes de uma realidade urbana, social e culturalmente tão distante da “colonização” empreendida pela Maripá nos anos 1940 e 1950.

Entretanto, em alguns momentos, a obra desenvolve argumentos mais críticos, principalmente nas atividades. É o caso de um exercício em que o manual incita os alunos a refletirem sobre a desigualdade social existente entre as pessoas que mudaram para Toledo durante a “colonização”: “1 – Você acha que todos que vieram para cá não tinham dinheiro? Discuta com seus colegas e professor e escreva a conclusão a que chegaram” (LUQUETA;



LANGEMANN, 2004, p. 88). Essa atividade é importante para o desenvolvimento de um senso crítico sobre a “colonização”, pois possui o potencial de romper com a visão idílica de uma sociedade formada com base no sentido comunitário, sem hierarquias e desigualdades sociais significativas. Inclusive, convém frisar, esse foi um dos raros momentos em que há referência à desigualdade social nas memórias públicas do “pioneirismo”. Essa ruptura com os clichês das memórias locais somente foi possível graças a formação das autoras. Ambas são educadoras e, neste momento do livro, trouxeram para a obra a preocupação em fomentar um ensino crítico.

Outra passagem que seguramente trouxe o conteúdo mais reflexivo sobre o período “colonizatório” foi quando se abordou o meio ambiente e a devastação da mata nativa. Nesse aspecto, *Conhecendo Toledo* situa a degradação ambiental em um período anterior à “mecanização agrícola”, ou seja, no próprio período de “colonização”, segundo a periodização adotada na obra. Esse é um dado relevante quando consideramos que é recorrente na região uma memória negativa acerca dos graves impactos ambientais ocasionados pela “modernização do campo”, embora o mesmo não seja recorrente nas recordações da “colonização”. Nesse contexto se valoriza a derrubada da mata nativa como uma grande epopeia de esforço, sofrimento, abnegação e conquista da região, naturalizando-se a devastação florestal. Tal característica se materializa em diversas obras de história local (SILVA et al., 1988; YOSHIDA, 1988), que, a despeito de reconhecerem a degradação do meio ambiente como parte de um contexto histórico que remonta a fundação do município, enfatizam os impactos ambientais da “modernização agrícola”.

A crítica à degradação ambiental desencadeada pelos processos “colonizatórios” na região é um dos pontos positivos do livro. As autoras apresentam, inclusive, um artigo assinado pelo engenheiro agrônomo Murillo Pundek (1953 apud LUKETA e LANGEMANN, 2004), em que o profissional estabelece críticas às formas como as empresas “colonizadoras” efetuavam as vendas de terra, com a ausência de cláusulas contratuais que exigissem a preservação de áreas de mata nativa. Tais elementos auxiliam o leitor a refletir sobre o processo de “colonização” de maneira menos inocente, uma vez que

permitem a relativização da “racionalidade” desse projeto e do trato de seus diretores como “visionários”, cujas ideias estariam “à frente de seu tempo”.<sup>11</sup> O recurso ao documento de época, por outro lado, impediu que as autoras caíssem no anacronismo de cobrar de sujeitos históricos da década de 1950 uma consciência ambiental que ainda não existia.

Entretanto, as memórias elogiosas ao processo de “colonização” e aos diretores da Maripá são muito fortes, de maneira que a obra não fugiu muito dos limites impostos pela cristalização de tais enredos como “memórias públicas” de Toledo. Isso ocorre porque possivelmente o futuro vislumbrado na publicação é o de uma cidade que cresceria economicamente, mas manteria a desigualdade das relações sociais.<sup>12</sup> Mudanças significativas somente eram almejadas nas relações humanas com a natureza, o que explica ter sido esse o conteúdo mais crítico da obra, uma vez que se pretendia fomentar uma “consciência ecológica” nos discentes em obediência a tendências nacionais e internacionais.<sup>13</sup>

### **Considerações Finais**

Apesar do mérito em esforçar-se para abordar alguns temas com maior criticidade, o livro pode ser considerado uma reafirmação de diversas memórias cristalizadas no município. Tal movimento tinha seus motivos, pois, visava uma nova geração que crescia na Toledo urbana no início do século XXI. Para uma nova população heterogênea, marcadamente operária, que vivia na cidade e pouca relação possuía com a Toledo rural das décadas de 1940 e de 1950 e com o processo de “colonização” promovido pela Maripá – até mesmo por uma questão geracional – eram construídas versões nas quais

---

<sup>11</sup> Visão semelhante também podemos construir, erroneamente, sobre todos os técnicos e engenheiros que atuaram na agricultura. Assim, lembramos que poucas foram as vozes que se levantaram contra a degradação ambiental nesses processos. Algo a esse respeito pode ser observado em: Silva et al. (1988).

<sup>12</sup> O entendimento de que a desigualdade não é o grande problema das sociedades capitalistas, mas tão somente a miséria e a pobreza, é uma das tendências contemporâneas do (neo)liberalismo econômico que se popularizou no Brasil na passagem do século XX para o XXI.

<sup>13</sup> Sobre as questões concernentes ao meio ambiente, em termos de políticas públicas nacionais e internacionais, ver: Viola (1987) e Carvalho (2001).

se apresentava os “pioneiros” como os grandes sujeitos históricos e construtores da cidade.

Tal processo colaborava, inclusive, para a naturalização da riqueza de certas famílias, compreendida como resultado exclusivo do “pioneirismo” delas na cidade, tendência percebida no local durante o período em que residimos lá. Inclusive, esse é um dado significativo, uma vez que o principal público de *Conhecendo Toledo* eram os filhos da classe trabalhadora, estudantes das escolas públicas do município, para os quais o manual reafirmava valores liberais – alternados, em alguns momentos, com ideais autoritários da “Marcha para o Oeste” –, núcleo central dessas memórias e os conclamava a dar continuidade à “obra” dos “pioneiros”.

Além disso, estabelecia-se a noção de que somente seriam sujeitos históricos aqueles que detinham capitais e/ou se enquadravam nos projetos hegemônicos para o lugar, de forma a desconsiderar outras pessoas – entre eles o próprio aluno – como capacitadas para atuar criativamente sobre o mundo. Em tal perspectiva, caberia a todos os moradores locais a tarefa de meramente prosseguir com o trabalho e a “coesão social” supostamente reinantes no lugar e entendidos como a “fórmula do sucesso” de Toledo. Assim, embora poucos tenham sido agraciados com o título de sujeitos da história local, todos eram conclamados ao trabalho e para manterem-se submissos aos valores hegemônicos, contribuindo então para a tão sonhada prosperidade do município.

Talvez possamos afirmar que *Conhecendo Toledo* perdeu a oportunidade de trazer algo novo para o ensino de história local. Uma proposta que tivesse como base a construção de uma história do lugar a partir das trajetórias de seus moradores – ou seja, dos próprios alunos e de suas famílias – teria sido bem mais interessante para educandos e professores que a incorporação de clichês cristalizados nas memórias públicas. Certamente, tal proposição estaria bem mais afinada com os objetivos nutridos pelas comunidades escolares, em construir um ensino crítico e reflexivo, capaz de inspirar os alunos a assumirem-se ainda mais como agentes sociais ativos de seu tempo.

### Referências bibliográfica

“EMPRESAS EXISTEM para fazer as pessoas felizes”. *Oeste*, Cascavel/PR, ano IX, n. 89, pp. 6-10, dezembro de 1993. Entrevista.

A CRISE e o amor a Toledo. *Jornal do Oeste*. Toledo/PR, ano 13, n. 3191, p. 2, 14 de dezembro de 1996. Editorial.

BITTENCOURT, C. M. F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 133-221.

CAINELLI, M. R. A construção do pensamento histórico em aulas de história no ensino fundamental. *Tempos históricos*. Cascavel/PR, Unioeste, vol. 12, pp. 97-109, 1. Semestre de 2008.

AVANCINI, E. G; CALLAI, D. A; ZARTH, P. A. *Repensando o oeste do Paraná*. Cascavel/PR: Assoeste; Ijuí/RS: FIDENE, 1983.

CARNASCIALI, C. H; CIMINELLI, R. R; MARANHO, E. J; FLORIANI, D; ANGULO, R. J; FLEISCHFRESSER, V. Consequências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná. In: MARTINE, G. e GARCIA, R. C. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987. pp. 125-165.

CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental e movimentos sociais: elementos para uma história política do campo ambiental. *Educação: teoria e prática*, São Paulo, Unesp, vol. 9, n. 16 e 17, pp. 46-56, jan.-dez. 2001.

CIMAROSTTI, A. R; LINHARES, K; KUREK, M. L. *Conhecendo Toledo: Ciências da natureza, Geografia e História: 4. Ano*. Toledo: Prefeitura Municipal, s/d. 2011[?].

COELHO, A. R. Escolarização: uma perspectiva de análise dos livros didáticos da história. In: ARIAS NETO, J. M. *Dez anos de pesquisas em ensino de história*. Londrina/PR: AtritoArt, 2005.

COLODEL, J. A. *Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na História do oeste paranaense até 1960*. Santa Helena/PR: Prefeitura Municipal, 1988.

FONSECA, S. G. *Didática e prática de ensino de História*. São Paulo: Papirus, 2003.

FREITAG, L. C. *Extremo-Oeste Paranaense: História territorial, região, identidade e (re)ocupação*. 208 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca/SP, 2007.

FREITAG, L. C. *Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1954)*. Cascavel/PR: Edunioeste, 2001.

GONZALEZ, E. As camadas da Memória: a produção de marcos memorialísticos na historiografia regional do oeste do Paraná (Marechal Cândido Rondon – 1950 – 1990). *Tempos Históricos*. Marechal Cândido Rondon/PR, v. 05/06, pp. 185-219, 2003/2004.

GRONDIN, M. *O alvorecer de Toledo: na colonização do oeste do Paraná (1946-1949)*. Marechal Cândido Rondon/PR: Germânica, 2007.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, D. R; MACIEL, L. A; ALMEIDA, P. R; KHOURY, Y. A. (orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 282-295.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

IBGE. Brasil/Paraná/Toledo. In: *IBGE Cidades*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/toledo/panorama>>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

LANGARO, J. F. *Quando o futuro é inscrito no passado: literatura historiográfica, periodismo e memórias públicas da fundação de Toledo (PR) 1953-2011*. Goiânia, Ed. da Imprensa Universitária, 2019.

LAVERDI, R. *Tempos diversos, vidas entrelaçadas: trajetórias itinerantes de trabalhadores na paisagem social do extremo oeste Paranaense (1970-2000)*. Curitiba: Aos quatro ventos, 2005.

LENHARO, A. *Sacralização da política*. Campinas/SP: Papyrus; Editora da Unicamp, 1986.

LUQUETA, N. M; LANGEMANN, T. M. I. *Conhecendo Toledo: Geografia e História*. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1999.

LUQUETA, N. M; LANGEMANN, T. M. I. *Conhecendo Toledo: Geografia e História*. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 2004.

MACHIAVELLI, E. “Professores e alunos”. In: LUQUETA, N. M; LANGEMANN, T. M. I. *Conhecendo Toledo: Geografia e História*. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 2004. p. 7.

MUNAKATA, K. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, M. C. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 271-296.

NIEDERAUER, O. H. *Toledo no Paraná: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso*. 2. ed. Toledo: Tolegraf, 2004.

POLÍCIA FLAGRA e prende invasores em aterro. *Jornal do Oeste*. Toledo/PR, ano 24, n. 6.355, p. 5, 9 de agosto de 2007. Segurança.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, vol. 2, n.º 3, pp. 3-15, 1989.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO. *Cartilha de Toledo*. Toledo: Prefeitura do Município de Toledo, 1985.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO. *Toledo e seus distritos (Repensando os distritos de Toledo)*. Toledo: Prefeitura do Município de Toledo, 1986.

PUNDEK, M. Coluna Agronômica. *O Oeste*. Toledo/PR, ano I, n. 2, p. 2, 13 de setembro de 1953. Apud Idem. p. 102.

RIBEIRO, S. I. G. T. Um passe de mágica: breve ensaio sobre a construção da inexistência de índios no oeste paranaense. *Tempo da Ciência*. Toledo, Unioeste, v. 8, n. 15, pp. 59-68, jan./jun. 2001.

SANTOS, R. A. *Narrativas urbanas: cidade, fotografia e memória, Toledo-PR (1950-1980)*. 174 f. Dissertação (Mestrado em História, Poder e Práticas Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/PR, 2010.

SCHALLEMBERGER, E. *O Guairá e o espaço missioneiro: índios e jesuítas no tempo das missões rio-platenses*. Cascavel/PR: Coluna do Saber, 2006.

SILVA, O.; BRAGAGNOLLO, R.; MACIEL, C. *Toledo e sua história*. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

SOUZA, I. M. “A voz do Oeste” e suas articulações burguesas e o Estado em Toledo (1964-1970). 195 f. Dissertação (Mestrado em História, Poder e Práticas Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/PR, 2010.

STRIEDER, E. *A representação fotográfica na página policial do jornal Gazeta de Toledo: olhares em torno da perspectiva da recepção*. 66 f. Trabalho de conclusão de curso (Comunicação Social – Jornalismo), Faculdade Sul Brasil, Toledo/PR, 2006.

VIOLA, E. J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS, vol. 1, n. 3, fev. 1987. Disponível em: <<http://www.anpocs.org>>

org.br/portal/publicacoes/rbcs\_00\_03/rbcs03\_01.htm>. Acesso em: 17 de janeiro de 2012.

WACHOWICZ, R. Christowam. *Obrageros, mensus e colonos*: História do oeste paranaense. Curitiba: Ed. Vicentina, 1982.

WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar ed. 1979.

YOSHIDA, I. S. M. (coord.). *Com licença, somos distritos de Toledo*: projeto repensando os distritos de Toledo. Prefeitura Municipal de Toledo: Toledo, 1988.